



Anais da Assembléia

Nº 160

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 15 DE DEZEMBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 147ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 1981

TERÇA-FEIRA

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Edilson Alencar e Gabriel Sampaio.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtom Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (49); achando-se ausentes os Senhores Deputados David Cherigate, Del Ciel, Deni Schwartz, José Domingos Scarpelini, Palácios, Renato Bernardi, Romero Filho, Tadeu Lúcio Machado e Túlio Zanchet (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido nesta Capital, do Senhor AFONSO DRULA.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada, através da Senhora Sofia Drula, residente em Nova Orleans, Distrito de Campo Comprido, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1981.

a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, de conformidade com o Regimento Interno da Casa, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, um voto de profundo pesar pelo infausto passamento do Doutor IVAN GOMES, ocorrido na cidade de Irati.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência à

família enlutada.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1981.

a) GILBERTO AGIBERT FILHO

Apoiamento: JOÃO MANSUR

JUSTIFICATIVA:

O Doutor IVAN GOMES foi em vida um destacado lutador e capacitado homem de empresas — que manteve ininterrupta atividade, não só no campo da advocacia como também se destacou como emérito contador e, no setor desportivo em prestou sua preciosa e dedicada colaboração ao CLUBE ATLÉTICO UNIÃO OLÍMPICO — e ao CLUBE DE CAMPO SAMUARÁ de Irati. Também foi um homem que muito se destacou nas atividades sociais e filantrópicas da sua cidade, sendo por isso muito estimado na sociedade iratiense, tendo o seu passamento sido profundamente lamentado em todas as camadas sociais daquele florescente município.

Nesta hora de dor para a família enlutada, desejamos nos associar com essa simples, mas sincera, manifestação de solidariedade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o douto Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento dos Senhores LUIZ CARLOS NASCIMENTO e ANTÔNIO CARLO NASCIMENTO, ocorrido na cidade de Sertãoópolis, domingo dia 13.

Outrossim, requer que do pronunciamento desta Casa se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro, de 1981.

a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pela comemoração do 29.º (vigésimo-nono) aniversário de criação do Município de TOLEDO, que ocorre em data de hoje, 14 do corrente, e augurando a continuidade progressista e bem-estar do povo ordeiro e trabalhador.

Requer, ainda, seja externada a nossa grande satisfação pelo desenvolvimento daquela comuna e encaminhando cópias ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Senhores Vereadores, Presidente da Câmara e demais autoridades locais.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1981.

a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais e de conformidade com o Regimento Interno da Casa, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor e congratulações ao CLUBE DE REGATAS FLAMENGO, da cidade do RIO DE JANEIRO, pela magnífica vitória alcançada em TÓQUIO, Capital do Japão, contra o famoso time inglês "LIVERPOOL", da cidade de mesmo nome, vencendo esta aguerrida equipe — campeã europeia de futebol — pelo festivo escore de 3 a 0 (três a zero) — e trazendo para o nosso País o cobiçado título de CAMPEÃO MUNDIAL INTER-CLUBES DE FUTEBOL — que há quase vinte anos passados não

era alcançado por um clube brasileiro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência à Federação Brasileira de Futebol e à direção do CLUBE DE REGATAS FLAMENGO.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1981.

a) GILBERTO AGIBERT FILHO

JUSTIFICATIVA:

A torcida brasileira ficou, tremendamente empolgada com a espetacular vitória alcançada na Capital do Japão pelo aguerrido e quase invencível CLUBE DE REGATAS FLAMENGO, derrotando a não menos famosa equipe campeã européia de futebol — o LIVERPOOL — da Inglaterra, na madrugada do dia 13 — mostrando nítida superioridade em campo e alcançando a vitória pelo placar de 3 a 0 numa partida que foi, em verdade, super empolgante, mantendo-se dentro de um padrão de jogo limpo, da mais rígida disciplina — e valendo somente da qualidade técnica dos brasileiros — e que fez reviver as melhores épocas do FUTEBOL NACIONAL.

Zico, Nunes e Adílio, além do incrível goleiro RAUL que iniciou sua carreira no CLUBE ATLÉTICO PARANAENSE, destacam-se ainda os demais componentes da valorosa equipe, pela técnica, raça e criatividade no campo, entusiasmando brasileiros e japoneses que, juntos, aplaudiam e vibravam com as espetaculares jogadas de ZICO E SUA TURMA, concedendo à grande família rubro negra e aos desportistas de todo o País, esta alegria como se fora um brinde de fim de ano, tão desejado por toda a torcida brasileira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja consignado, na ata da sessão de hoje, voto de louvor ao Economista, advogado e Professor Caleb Martins Vieira, pelos inúmeros e relevantes serviços prestados à causa do ensino em nosso Estado, cultor das letras e das tradições históricas do nosso povo e da nossa gente, com inúmeros trabalhos publicados em jornais e revistas brasileiras; Presidente e fundador do Instituto Geográfico de Estudos, Pesquisas e Planejamento; Vice-Diretor, digo, Vice-Presidente e Fundador da Associação dos Diretores de Escolas Públicas do Paraná, foi membro de Comissão de Inspeção dos Colégios Estaduais, tendo lecionado em diversas cidades do interior paranaense e dirigido estabelecimentos educacionais.

Formado em Direito, pela Faculdade de Direito de Curitiba, em Economia, pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná e Professor pela Faculdade Federal de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. Poeta e escritor consagrado nas áreas de geografia e história, tem dedicado a sua vida à causa do ensino e da educação. Pelo seu esforço, empenho e carinho à causa educacional, faz jus a este voto de louvor, que solicitamos.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1981.

a) EDILSON ALENCAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvida a Casa, sejam dirigidos apelos ao Sr. Ministro de Planejamento e de Indústria e Comércio e ao Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café, no sentido de que sejam apressadas as operações de financiamentos aos cafezais vitimados pelas geadas de 1981, e de que se estenda até 30 de setembro de 1982 o prazo de replantio das mudas de café nos Estados de S. P. e Paraná, a fim de impedir-se que, por serem suficientemente tenras por ocasião do replantio, não venham a perecer sob a inclemência do inverno.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1981.

a) EDILSON ALENCAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Ney Braga, no sentido de que gestione junto ao comando da PM e da Secretaria de Segurança, a exoneração urgente dos Srs. Hildeberto Lopes e Durval Teixeira, respectivamente, comandante do 5.º Batalhão da Polícia Militar e Delegado-Chefe da 10.ª Sub-Divisão Policial de Londrina, assim como expulsar os maus policiais que estão fazendo, de Londrina, a Capital mundial do crime.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1981

a) FIORILUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente aos Líderes das Bancadas no Senado Federal no sentido de ser dado apoio à urgente tramitação e aprovação do projeto do Senador Orestes Quércia, referente congelamento de aluguéis tendo em vista o seu alto alcance social, que dispensa qualquer outra consideração.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1981.

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. EUGÊNIO STEFANELLO, DD. Secretário da Agricultura, solicitando providências para estocagem da alta produção de feijão no Oeste e Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1981.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Temos recebido comunicações telefônicas de agricultores e líderes políticos, os quais vêm fazendo apelo no sentido de instarmos o governo a tomar medidas acautelatórias para estocagem da grande produção de feijão nas regiões Oeste e Sudoeste.

Consta que há dificuldade na estocagem do produto por parte da COPASA, cujas unidades já estariam totalmente lotadas, e os agricultores não associados às Cooperativas estão sendo forçados a vender o produto para especuladores do mercado, a um preço muito inferior ao mínimo estabelecido para comercialização.

Seria oportuno enfatizar ainda, que há notícia de que esses especuladores estariam usando os associados às Cooperativas para estocagem do produto.

Nestas condições, para que pequenos e médios agricultores, tradicionais plantadores do feijão, não sofram prejuízos consideráveis, que os levam ao desestímulo, sugerimos que a Secretaria de Estado da Agricultura, através da COPASA (ou outro organismo competente) viabilize urgentes providências mediante acordo com as cooperativas das regiões citadas e outras do Estado a fim de acolherem em seus armazéns os referidos produtos, salvando assim os agricultores e a própria agricultura paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que a Carta das Nações Unidas, da qual o Brasil é signatário, onde se reconhece a todos os povos o direito de auto-determinação, de escolha livre de seus sistemas sócio-econômicos, e formas ou regimes de governo;

Considerando que o rompimento das relações diplomáticas com a República de Cuba afastou-nos do convívio e das relações com um povo irmão, com o qual temos afinidades histórico-culturais, consolidadas por tradicionais relações econômicas e diplomáticas;

Considerando que hoje, tanto Cuba como o Brasil, vivem outra realidade política e que qualquer tipo de bloqueio, não só fere os princípios de diplomacia e relacionamento de dois povos co-irmãos, mas afeta nossos interesses imediatos, quer na troca de experiências tecnológicas, científicas, e mesmo de mercado, especialmente agora em que o Brasil reaviva seu esforço na área energética onde o álcool, assumirá destacada importância;

Considerando que crescem as relações culturais, científicas e esportivas entre a República de Cuba e os países da América Latina, inclusive o Brasil;

Considerando que nos últimos anos a maioria dos países da América Latina reataram relações diplomáticas, comerciais e culturais com Cuba;

Considerando que o governo de Cuba tem manifestado reiteradas vezes interesses em re-estabelecer relações diplomáticas e culturais com o Brasil;

Considerando que nosso País não pode subordinar sua política comercial, e muito menos suas relações diplomáticas, a discriminações ideológicas ou a interferências externas, mas sim regê-las pela Carta das Nações Unidas, que estabelece relações entre países sem ingerência em seus assuntos internos e independentemente dos regimes políticos de cada um;

Considerando que o re-estabelecimento de relações diplomáticas com Cuba seria um ato compatível com o processo de abertura política que tem se estendido às nossas relações com o exterior, na afirmação de uma política externa independente, como o tem provado as atitudes do nosso governo quando condenou as agressões e as invasões do regime discriminatório de raças da África do Sul à Angola, quando reconheceu os governos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, e quando após resistência a qualquer intervenção externa a El Salvador.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e ao Senhor Ministro de Relações Exteriores, solicitando o re-estabelecimento das relações diplomáticas e comerciais com Cuba.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1981.

a) NILSO SGUAREZI

Apoiamento: NESTOR BAPTISTA, GABRIEL SAMPAIO, FIORI LUIZ, LÁZARO DUMONT, FIDELCINO TOLENTINO, RENATO BUENO, DARCY DEITOS, NELTON FRIEDRICH, JOSÉ TAVARES, PINTO DIAS, LINEU TURRA e GERNOTE KIRINUS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com o Regimento Interno da Casa, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Secretários de Estado Dr. RENATO ANTÔNIO JOHNSON, do Interior e ao Dr. OSCAR ALVES, da Saúde e do Bem-Estar Social, para que medidas urgentes sejam tomadas por estas Secretarias, no sentido de proceder análise de água do Rio CAVIÚNA que abastece a próspera cidade de Apucarana. Devido a população se encontrar alarmada com os últimos acontecimentos ocorridos nas águas deste rio.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1981.

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

Nossa manifestação prende-se ao fato que foi encontrado dentro do RIO CAVIÚNA, um boi em péssimo estado de putre-

fação, ocasionando apavoramento na cidade, pois este rio fornece a água necessária para a cidade de APUCARANA. Por isso solicitamos medidas urgentes que sejam tomadas por estas Secretarias, em especial a análise da água que abastece a referida cidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado:

Considerando o Edital 39/78, do Departamento de Estradas de Rodagens — Secretaria de Transportes e em emergência, contrato entre o Estado e a Firma ETEL (Empreendimentos Técnicos de Estradas), solicita para esclarecimento o seguinte:

1 — Cópia do Edital de Concorrência Pública n.º 39/78, Departamento de Estradas de Rodagem — Secretaria dos Transportes, do Diário Oficial em que foi publicado ou jornais que foram publicados.

2 — Cópia do contrato entre a firma ganhadora, ETEL - Empreendimentos Técnicos de Estradas Ltda., e o Departamento de Estradas de Rodagem — Secretaria de Transportes.

3 — Existem outros técnicos contratados nas mesmas condições em outras áreas do Governo Estadual? (COPEL, SANEPAR, TELEPAR etc.).

4 — Caso positivo, fornecer cópias dos editais de concorrência, bem como dos contratos.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1981.

a) ADALBERTO DAROS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Ney Braga, Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná, solicitando em nome da comunidade paranaense uma autêntica devassa nos organismos policiais do Estado, implantando-se as polícias municipais.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1981.

a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

O assassinato do menor Sérgio Augusto Peres da Silva, de 17 anos, na última sexta-feira à noite, em Londrina, foi a gota d'água na paciência da comunidade. A cidade está revoltada. O autor do violento crime é um "dedo-duro" da Polícia de Cambé, José Madureira da Silva.

A população de Londrina está em pé de guerra, exigindo providências do Governo, pois o autor do disparo que vitimou o menor é reconhecidamente marginal. Segundo o Delegado de Polícia de Cambé, o citado elemento foi afastado dos quadros daquela Delegacia, porém a comunidade se pergunta: como pode um policial ou ex-policial, andar com pistolas especiais e portar credenciais de autoridade?

E mesmo que fosse policial da ativa, como pode ir atirando em menores em pleno centro da cidade?

Diante do pânico que vive a população londrinense é que exigimos do Sr. Governador, providências enérgicas no sentido de realizar uma devassa na polícia paranaense. Transferir policiais de uma cidade para outra não resolve. A polícia do Paraná está falida, viciada, corrompida. Com os quadros atuais ela é irrecuperável.

Polícia não pode ser ladrão e ladrão não pode ser polícia. Mas no Paraná é difícil identificar quem é quem. A comunidade não diferencia o policial do marginal. Os maiores marginais deste Estado estão com a estrela no peito, exigindo o título de policial e fazendo vítimas.

Precisamos de uma polícia municipal. O rodízio de policiais só aumenta a criminalidade. O cidadão, com o revólver na cinta, posando de "autoridade", não tem vínculos com a comunidade. As delegacias do interior são verdadeiros antros de marginalidade, e Londrina é um exemplo.

Diante do exposto, só resta um caminho: implantar a polícia municipal, a exemplo dos Estados Unidos, onde o delegado chefe é eleito pela comunidade. É preciso mudar a legislação da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Se o Governador promover uma devassa para eliminar todos os marginais da polícia, pouca gente vai sobrar.

Temos provas de que bandidos vestidos de policiais estão até dentro do Palácio Iguaçu.

Na edição do último domingo da "FOLHA DE LONDRI-NA", o editor chefe, Walmor Macarini fez um apelo ao Sr. Governador no sentido de que remova todo o organismo policial daquele município. A situação chegou a esse extremo e a população quer resolver pelas próprias forças. A comunidade quer constituir seu próprio organismo de defesa.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 170/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Programa de Desenvolvimento Industrial Integrado do Estado do Paraná, como entidade de direito público interno, com personalidade jurídica e patrimônio próprios de natureza autárquica e vinculada à Secretaria de Estado das Finanças.

Art. 2.º — O patrimônio do PRODESIN constitui-se inicialmente das dotações especialmente consignadas para os efeitos desta lei, e os recursos obtidos através de sua ativação.

Art. 3.º — A administração do PRODESIN é exercida por um conselho de Administração e por uma Superintendência.

§ 1.º — São membros do Conselho Administrativo, o Secretário de Estado das Finanças, seu Presidente, o Secretário da Indústria e Comércio, o Presidente da ACARPA, e um Delegado indicado pela Associação das Cooperativas Agrícolas do Estado do Paraná.

§ 2.º — O Delegado das Cooperativas será indicado para períodos de dois anos.

Art. 4.º — O regime jurídico do pessoal do PRODESIN, exceção feita aos dirigentes da Superintendência, é o da Consolidação das Leis do Trabalho, não podendo os respectivos salários ultrapassar os que forem fixados para cargos equivalentes do Quadro Geral do Poder Executivo.

Art. 5.º — Constituem recursos do PRODESIN:

I — Os provenientes de dotação orçamentária, cujo valor anual não poderá ser inferior a 10% da arrecadação do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias, excluídas do cálculo, as quotas devidas aos municípios;

II — Os decorrentes de créditos especiais;

III — Os provenientes de retornos, encargos financeiros e outros resultados das aplicações que prover;

IV — Os provenientes de dividendos, lucros e bonificações recebidos em função de participação em capital de sociedades;

V — Os decorrentes de legados e contribuições;

VI — Outros que lhe forem legalmente deferidos.

Art. 6.º — São objetivos do PRODESIN:

I — financiar ou custear, a fundo perdido ou não, a elaboração de estudos setoriais, perfis, programas de industrialização e pesquisas econômicas e tecnológicas que interessam ao desenvolvimento estadual para serem desenvolvidas, especialmente em regiões de alto índice de produtividade agrícola e baixa densidade industrial;

II — adquirir, alienar ou por qualquer outra forma gravar ações, participações societárias e debêntures conversíveis em ações de empresas com domicílio tributário neste Estado, cujo

capital pertença em sua maioria a pessoas físicas ou jurídicas com sede e organizadas no País;

III — revender preferencialmente as ações ou participações societárias às respectivas empresas, pelo valor nominal, dentro do prazo de cinco anos, para exercício desta opção. Vencido este prazo sem que a empresa exercite o seu direito de recompra de suas ações o PRODESIN, ficará automaticamente liberado para promover esta alienação a terceiros;

IV — emprestar colaboração financeira, mediante participação e ou subsidiamento de encargos, em contrato de financiamentos a médio e longo prazos, celebrados entre agências oficiais de crédito e empresas que atendam aos requisitos mencionados no item anterior, e que sejam voltadas à produção de bens de capital, bens de consumo duráveis, e a transformação e refinamento de produtos agrícolas na própria região de cultivo;

V — carrear recursos para a capitalização de empresas com domicílio tributário neste Estado, sediadas e organizadas no País, nitidamente as pequenas e médias e aqueles que, de qualquer parte, se destaquem como empresas líderes setoriais ou regionais nas atividades mencionadas no item anterior;

VI — complementar as garantias exigidas pelos agentes financeiros às empresas paranaenses de pequeno e médio porte;

VII — promover e participar, nos termos da lei, operações de arrendamento mercantil e industrial ("leasing").

§ 1.º — Os atos e fatos relativos a cada uma das contas serão escrituradas separadamente.

Art. 7.º — Verificada a existência de recursos temporariamente ociosos em qualquer das contas mencionadas no artigo anterior, poderão os mesmos ser repassados de uma para outra, estabelecendo-se antes, perfeita compatibilização entre o prazo de retorno dos recursos repassados e a respectiva programação de desembolso.

Art. 8.º — Os títulos e valores adquiridos pelo PRODESIN através das contas de depósito Especial e de Inversões Financeiras, serão administradas pela própria entidade.

Parágrafo único — Poderão, contudo, os títulos e valores referidos no capítulo, ser administrados por outro órgão do Governo Estadual mediante contrato ou convênio celebrado pelos Poderes Legislativo e Executivo.

Art. 9.º — O Conselho de Administração poderá estabelecer cláusulas contratuais que protejam a participação do PRODESIN nas empresas por ele apoiadas.

Art. 10.º — Ficam criadas no PRODESIN, os seguintes cargos em comissão:

I — 01 (um) Superintendente, (nível);

II — 01 (um) Chefe de Unidade de Análise de Projetos e Estudos (nível);

III — 01 (um) Chefe de Serviço de Apoio Administrativo.

Art. 11 — O Chefe do Poder Executivo proverá os atos necessários à instituição e implantação do PRODESIN.

Art. 12 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1981.

a) NELTON FRIEDRICH

Apoiamento: RENATO BUENO, DARCY DEITOS, WALDYR PUGLIESI, GERNOTE KIRINUS e FIDELCINO TOLENTINO.

PROJETO DE LEI N.º 171/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica expressamente proibida a qualquer título a expedição de Carteira de Agente Reservado, ou documento afim, na área da Segurança Pública.

§ 1.º — A Carteira de Agente Reservado e semelhantes,

expedidas até a presente data ficam sem efeito.

§ 2.º — A autoridade competente expedirá ato, com publicidade ampla, dando ciência do respectivo cancelamento.

Art. 2.º — A infração do disposto na presente lei configura crime de responsabilidade, nos termos da legislação federal em vigor.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1981.

a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Em breves palavras, assinale-se que a credenciação de Agentes Reservados é ilegal, porquanto não pode o cidadão prestar serviços ao Estado sem o competente vínculo jurídico.

Sem remuneração — outra ilegalidade — fatalmente vai auferir benefícios de ordem financeira no exercício dessa atividade marginal, em nome do Poder Público.

Por outro lado, ninguém pode confiar em certos agentes despreparados para auxiliar a força pública, muitos deles useiros e vezeiros em se prevalecer da falsa autoridade que ostentam para oprimir os fracos e extorquir os cidadãos humildes colhidos nas malhas da ação policial.

O projeto, portanto, tem objetivos da mais alta importância, visto que visa extinguir uma categoria de pseudo-funcionários do Estado, que não convém aos interesses e ao bem-estar da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupamos a tribuna para lermos aqui um manifesto da União Paranaense dos Estudantes, da UPES e de outras entidades contra o projeto de fusão da Faculdade de Educação Musical do Paraná com a de Belas Artes.

O manifesto está elaborado nos seguintes termos: (Lê)

“A União Paranaense dos Estudantes, o Diretório Acadêmico Guido Viaro e a União Paranaense dos Estudantes de primeiro e segundo graus estão conscientes de que a implantação do PROJETO DE FUNDAÇÃO na Escola de Música e Belas Artes do Paraná (EMBAP), acompanhada de que FUSÃO com a Faculdade de Educação Musical do Paraná (FEMP), representará mais um duro GOLPE SOBRE A EDUCAÇÃO E A CULTURA EM NOSSO ESTADO. E é nesse sentido que vimos de público DENUNCIAR A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ que, apoiada pela Direção da EMBAP, revela claramente seu insidioso plano de PRIVATIZAR esta instituição de ensino fundamental e superior, ao mesmo tempo que com a Fusão DESCARACTERIZÁ-LA HISTÓRICA E CULTURALMENTE, em franca oposição aos interesses dos estudantes e do conjunto da sociedade paranaense.

É evidente que o objetivo mais imediato deste programa é acabar com o último fôlego de ensino público nesta Escola, fazendo-a “balão de ensaio” para a extensão do Projeto nas demais escolas, e limitar ainda mais o acesso da mocidade carente à educação e à cultura, tudo sob o falso e demagógico argumento de que os ricos têm de pagar seus estudos e de que os professores terão substanciais aumentos salariais.

Na verdade, este modelo segue o adotado nos Estados Unidos da América, onde as Universidades são mantidas e dirigidas pelas grandes empresas e estão articuladas com o Pentágono. No Brasil, inúmeros exemplos de escolas estruturadas nos moldes de uma Fundação demonstram que as empresas não cumprem suas obrigações orçamentárias legais, alegando

constantes prejuízos financeiros, sendo então repassados aos estudantes o ônus dos rombos de receita das Fundações, na forma de mensalidades, semestralidades ou anuidades absolutamente proibitivas.

Além do que o Projeto de Fundação amarra, permanentemente, os programas de educação aos interesses burocráticos das empresas, gerando uma subordinação incompatível com a liberdade acadêmica e artística. Tanto pior em se tratando de uma Escola de Música e Belas Artes. Entendemos, em consequência, que a autonomia das nossas escolas de primeiro, segundo e terceiro graus está associada à EXIGÊNCIA DE MAIS VERBAS PARA A EDUCAÇÃO, sem que as escolas precisem alugar-se para arranjar verbas. Isso é obrigação do Estado.

Sob o regime jurídico da Fundação, bem sabemos, os professores não têm garantias mínimas de estabilidade trabalhista. Em relação à idéia de que os professores na Fundação ganhariam mais, o próprio Ministério da Educação e Cultura já colocou a disposição de o Governo Federal corrigir esta distorção, devido às greves cíclicas dos professores das autarquias, equiparando progressiva e brevemente os salários da Autarquias aos das Fundações. O aumento antecipado de 30% já é um passo neste sentido.

À luz destas razões, a rejeição do Projeto de Fundação e de Fusão na Reunião da Congregação dos Docentes da Escola de Música e Belas Artes do Paraná representa a mais clara decisão em favor dos legítimos interesses públicos do Paraná. Da mesma forma, os estudantes decidiram pelo NÃO AO ENSINO PAGO, em Assembléia e em Abaixo-Assinado. Assim, nossa tarefa neste momento é assegurar o respeito à democrática decisão dos professores e dos estudantes, através de firme e permanente mobilização. Sabemos, também, que a luta contra tentativas desta natureza não chegou ao fim e defendemos, portanto, uma Frente Única entre universitários, secundaristas, professores, intelectuais democratas e progressistas e trabalhadores a fim de ampliar esta LUTA POR EDUCAÇÃO PÚBLICA E GRATUITA PARA TODOS E POR MELHORES CONDIÇÕES DE ENSINO.

UNIÃO PARANAENSE DOS ESTUDANTES - UPE,
UNIÃO PARANAENSE DOS ESTUDANTES DE 1.º e 2.º
GRAUS - UPES
DIRETÓRIO ACADÊMICO GUIDO VIARO - DAGV, DA
ESCOLA DE MÚSICA E BELAS ARTES DO PARANÁ”.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“O povo brasileiro tem sido bombardeado diariamente pelas ações deste Governo. À medida que avança em suas conquistas, recebe, em contrapartida, respostas em forma de obstáculos para concretização na ocupação destes espaços.

A perplexidade toma conta da cena política do País, pois, enquanto se fala em democracia, o mesmo Governo, que jura realizá-la lança sobre a sociedade nacional o que explode em desespero. Nem que para isto seja necessário evitar eleições. Nem que para isto tenha que afastar, de forma inescrupulosa e cínica, a sociedade como um todo das cercanias do poder.

Estamos a amargar o pacote eleitoral. Uma série de medidas que a exemplo do pacote de abril de 1977 e de todos Atos Institucionais, e mesmo o AI-5 que ontem aniversariou, não tiveram outro objetivo senão a preservação dos interesses do grande capital monopolista nacional e internacional. Estas bases de apoio social do regime militar praticam no Brasil aquilo que fazem e desfazem nas outras nações dependentes do mundo, distribuídas entre as grandes potências como mercados

preferenciais ou não.

Expirou o prazo para se emendar o pacote eleitoral e mais de 140 emendas estão inscritas. Expirou sob a ameaça daqueles que, ainda insatisfeitos com a sua eficácia, pretendem piorá-lo. Expirou sob a ameaça de alguns setores do regime, estreitamente ligados aos militares, que entendem ser necessário aplacar qualquer protesto, qualquer revolta que parta dos setores oposicionistas.

Saiu, semana passada, o Governador Antônio Carlos Magalhães, o digno representante da mais descarada direita deste País, a apontar, com dedo em riste, aqueles que a seu ver querem tumultuar o cenário político nacional.

Saem de norte a sul, em coro, generais e prepostos do regime, a repetir a mesma cantata. E, investidos da mesma ausência de pudor de quem acusou a Oposição pelas bombas do Riocentro, que transformou criminosos em heróis e mártires, a transformar a Oposição em ré.

Generais, de ponta a ponta, repetem o mesmo coro. A Oposição quer radicalizar. Esquecem-se estes Senhores que a quebra da ética embaixadora do diálogo entre governo e oposição se deu justamente pelas suas pressões, pelos seus interesses, pela perpetuação dos militares ou militares sem farda no poder.

Sabemos todos que enquanto se discutia e debatia, gestava-se nos gabinetes sombrios do Planalto aquele que se constituiu num golpe branco contra todo o povo brasileiro. Contruía-se, naquele momento, a radicalização.

Até aí a Oposição optou pela via pacífica, e ainda persiste nesta que se apresenta hoje como a única via. A mesma que enfrentou em passado recente as baionetas, os tiros, as bombas de gás lacrimogênio, e que enfrenta ainda a Lei de Segurança Nacional, o Estatuto dos Estrangeiros, as prisões ilegais, e os atentados do Riocentro entre tantos outros.

Hoje, quando o Governo acusa a Oposição de radicalizar, e de acuar o General Figueiredo, tenta-se desconhecer que é a Nação brasileira que exige seu direito de condenar o regime, que sairá derrotado nas urnas, não só pelos votos, mas por ter cavado, em todos estes anos, a sepultura.

Agora, quando as oposições falam em fusão — uma saída para enfrentar a violência do golpe — o regime traz ameaças. E como nunca nos parece claro que o mesmo governo gerador do pacote, não terá nenhum pudor em declarar a vitaliciedade dos cargos hoje por ele ocupados.

Subversão, portanto, é o governo quem faz. Os duros estão a seu lado, e à Oposição cabe uma posição digna, de espinha ereta, espinha de quem não deve, de quem vem resistindo a golpes e contra-golpes.

Dizem que estamos radicalizando, afrontando. E, no momento, parece não nos restar outra saída senão partir para a mobilização de todo o povo brasileiro contra a infinidade de casuísmos que farão sobreviver a fome, a miséria, a desgraça do povo brasileiro.

Na verdade, o que fazem hoje os partidos políticos são reflexos da vontade popular. A sociedade brasileira avança, unida, e não pode suportar por muito tempo esta encarniçada perseguição que lhe impõe o regime de exploração. A sociedade se organiza. Quer o fim da situação atual. A sociedade avança e quer o fim destas regras, feitas por quem usou de todos os meios, desferir o golpe.

O xeque-mate, entretanto, pertence ao povo. A consciência patriótica dos brasileiros não se calará diante desta afronta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cotrim) — Com a palavra o orador inscrito, Sr. Deputado Fidélino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para nós realmente é uma alegria estarmos de volta a este Parlamento, depois de termos visitado o Parlamento canadense, onde a mecânica de funcionamento assemelha-se ao Parlamento inglês e ao Parlamento alemão. E realmente tenho que testemunhar uma palavra célebre do saudoso Presidente, ex-General De Gaulle, este País parece realmente não ser um país sério, porque na medida em que voltávamos a este "country", sentíamos os efeitos do regime militarista na imposição da alta e avocada magistratura do poder dominante, impondo o "pacote eleitoral".

E os efeitos, Sr. Presidente, que este "pacote" traz, na preocupação do Governo de manter a sua maioria está esquecendo de um dos aspectos econômicos mais importantes que o País atravessa hoje, mormente no Estado do Paraná, especialmente nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná.

O agricultor, aquele pequeno agricultor que atender ao apelo do Ministério da Agricultura e lançou semente de feijão no solo, e que está colhendo uma das maiores safras de que se tem notícia na história do Brasil, se vê agora premido pelas circunstâncias e pelo esquecimento a tomar um grande prejuízo pela falta de cautela do próprio Governo. Não há onde estocar o produto; não há possibilidade, Sr. Presidente, desses agricultores venderem o preço pelo mínimo estabelecido pelo Governo. E o que está ocorrendo?

Uma grande especulação e um grande desajuste no mercado. E este preço fixado em quase quatro mil cruzeiros em média, está sendo pago a muitos agricultores na base de dois mil cruzeiros.

É neste sentido, Sr. Presidente, que estamos requerendo ao Secretário da Agricultura para que viabilize uma medida em consonância com os armazéns particulares e de cooperativas para evitar esta grande defasagem, este grande desestímulo que por certo causará ao homem do campo, ao pequeno agricultor e ao médio agricultor que plantou o seu feijão.

Temos notícias, Sr. Presidente, que a COPASA já se encontra com os armazéns completamente lotados, mas que a grande produção ainda não começou a ser transportada para esses armazéns e as cooperativas das regiões a que nos referimos, como por certo também do Norte do Paraná, sobretudo do Norte Pioneiro, haverão, Sr. Presidente, de entrar em acordo com o Governo do Estado, fazer um ajuste para que esses produtos sejam estocados, mesmo aqueles produtos colhidos por não associados. Sejam estocados então nos armazéns de cooperativas para que a safra paranaense, para que o agricultor paranaense não sofra este constrangimento de natureza econômica, social e até de política de preço e de mercado.

Nestas condições, Sr. Presidente, encaminho à Mesa este requerimento, deixando aqui o nosso apelo para que o Secretário de Agricultura procure, através dos organismos adequados, as cooperativas regionais, e com elas estabeleça uma política de garantia de estocagem dos preços.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nem tudo está perdido nesta Nação. Quando vemos uma das nossas reservas morais, como o jurista Cabral Pinto, dizer o que disse ontem na terra de Minas Gerais, é que acreditamos ainda que, por mais casuísmos que o Governo possa por em prática para se sustentar no Poder, para permanecer no Poder, nós acreditamos ainda que a vontade do povo deste País será muito mais forte.

Para que os Anais registrem, vou ler alguns trechos da fala do jurista Sobral Pinto, que é uma verdadeira peça, um libelo contra o golpe branco encetado pelos detentores do Poder, que tomaram em 1964.

Disse Sobral Pinto: "Se o Congresso resistisse e fosse fechado, talvez o povo se emocionasse e se levantasse. Não há força militar capaz de vencer a opinião pública rebelada e nem para massacrar o povo".

Ao condenar a Reforma Eleitoral, e o projeto de alteração da lei de inelegibilidade proposto pelo Governo, disse Sobral Pinto: "A abertura acabou e se o povo quiser salvar a dignidade da Nação, não deve votar no PDS. A abertura desapareceu, não há nada mais contrário à abertura que o "pacote" de novembro, e se o povo tiver brio, caráter e dignidade, não votará no PDS. A vitória do PDS, com este "pacote", será a liquidação da moral da cidadania brasileira".

O jurista foi enérgico também em declarar que o Presidente Figueiredo quebrou a promessa de fazer deste País uma democracia, passando a se preocupar pela sustentação do regime nas mãos dos militares.

Lembrando que foi advogado de defesa do pai do Presidente, de quem era amigo, Sobral Pinto afirmou: "Eu acreditei na promessa de fazer deste País uma democracia, a mentalidade de seu pai, a amizade a seu irmão me fizeram acreditar. Até compreendi que ele não abrisse totalmente, pois poderia provocar reações do meio militar. Hoje, estou inteiramente decepcionado. O "pacote" liquidou a abertura.

O que ele acaba de fazer é a negação total de sua promessa, o que ele quer é conservar o Poder para os militares. Ele está sendo unicamente a expressão de um grupo militar que tem o comando das tropas nas mãos.

Não acredito que os Senadores e Deputados derrotem o projeto do Executivo, que altera a lei de inelegibilidade e que emancipa o território de Rondônia, por não quererem perder as mordomias que recebem, estando com o Congresso funcionando".

"Diante do "pacote", os Deputados e Senadores tinham que ter adotado uma ação política enérgica, tinham que defender o princípio de que os militares devem ser obedientes ao poder civil e não esmagá-los, é hora do povo brasileiro decidir seu futuro, mas acho também difícil que os brasileiros saiam às ruas para lutar contra um provável fechamento do Congresso, porque faltam lideranças para conduzir, numa situação destas".

"Estão vendo na Polônia, onde o povo tem caráter e é maciçamente cristão, foi assim na Itália de Mussolini, na Alemanha de Hitler, na União Soviética de Lenin... haviam lideranças para conduzir o povo", observou o jurista. "Terão os chefes políticos destas organizações que estão aí, a audácia e energia necessárias para liderar o movimento popular contra esta repressão que aí está?

Estamos caminhando para a situação da Argentina, colapso econômico, social e político. Politicamente eles nos imitaram, e agora vamos acabar imitando-os", previu o advogado.

Dentro deste raciocínio, o jurista afirmou ainda "ser evidente que a Oposição, se tiver um mínimo de bom senso, de amor à coisa pública e à política, não tem outra coisa a fazer do que se unir e vir às ruas chamando o povo, para reagir, não pelas armas, não pela revolução, pois isso seria um desastre, mas a votar contra candidatos que aceitam o "pacote".

Sobral Pinto não aceita a tese de que as "Oposições devem negociar com o Governo; não têm que negociar, não têm direito de negociar".

Era isso, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quer na questão de previdência social, no problema de investimentos para gerar empregos neste País e tantas outras argumentações que esbarram na velha tese de que não existe

recursos, falta capital, não há verba.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao obtermos os dados recentes sobre as aberrações que é possível, que poucos conhecem, exatamente onde está a sangria do Tesouro da Nação, queremos introduzir, nesta nossa presença na tribuna, as informações que constam de dados do Banco Central. Por que o Governo não tem dinheiro? A resposta está aqui, Sr. Presidente.

O Governo arrecadou, em 73, 47 bilhões; em 76, 150 bilhões, em 80, 950 bilhões de cruzeiros. Mas, quanto é que o Governo dá de presente aos subsidiados e aos empresários?

No ano de 1980, dos 960 bilhões arrecadados, o Governo presenteou os empresários com 745 bilhões de cruzeiros. Obviamente sobram então, 213 bilhões. Mas há outros rombos no Tesouro.

O Governo perdoa, dos impostos, aos empresários, na forma de incentivo, um total de 205 bilhões, só no ano de 1980.

O resultado final, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o Governo perde, em subsídios e incentivos, 950 bilhões de cruzeiros. E quanto isto representa em relação à arrecadação em porcentagem? Nada mais, nada menos do que 99 por cento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Quando o Tesouro da União arrecada 960 bilhões de cruzeiros no ano de 1980, e o mesmo Governo perde em subsídios e subsídios, 950 bilhões de cruzeiros, é possível qualquer cidadão ver de que lado está o Governo; segundo, qual a sua proposta de ação governamental.

Mas isso tudo que colocamos como introdução, é tão somente para encaminhar à Casa, um projeto que entendemos de extrema importância, porque em todas as regiões do Estado do Paraná há um desejo muito grande de evitar que haja o esvaziamento humano, e por via de consequência também, o esvaziamento de capital.

Por esta razão, existem algumas propostas que normalmente são encaminhadas. Como, por exemplo, a Associação Comercial e Industrial de Toledo, vem estimulando, há três anos, a constituição, no Estado do Paraná, de um programa de desenvolvimento industrial integrado, com o objetivo de se criar fundos para a industrialização do interior do Estado do Paraná.

Esta proposta, que já foi encaminhada ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, ao Governo do Estado, a todas as autoridades ligadas ao setor de estímulo, à geração de novos empregos e ao processo de industrialização do interior do Estado.

No entanto, até hoje esta proposta permanece nas gavetas e no silêncio, aliás, propósitos que já estamos habituados a conhecer, pois é uma prática comum, do tipo de Governo que temos, preocupado acima de tudo com o grande capital e com os grandes interesses, não da pequena e média empresa, ali onde está a solução para o País, porque são nas pequenas empresas que se geram os maiores empregos. 82 por cento dos empregos gerados no País provêm das pequenas empresas.

E por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos neste dia encaminhar à Mesa um projeto, um programa de desenvolvimento industrial integrado do Estado do Paraná - PRODESIN, e dando outras providências, exatamente com o objetivo, já que sugestões foram feitas desta Casa de, inclusive, outros Deputados, e até hoje tudo ficou a ver navios.

Era o que eu tinha para encaminhar da tribuna, Sr. Presidente.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Tércio Albuquerque

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou deveras gratificado em ter participado de uma

de uma Comissão com mais 3 Srs. Deputados, os Deputados Ruben Valduga, Nelson Friedrich e Fiori Luiz, para dialogarmos com o Sr. Prefeito Municipal e com o Sr. Juiz Federal, com relação aos moradores da Vila Formosa, aproximadamente 26 dias atrás.

Nossa Comissão sugeriu um adiamento do despejo dos senhores moradores da Vila Formosa, por 30 dias. No que prontamente o Sr. Prefeito Municipal Jaime Lerner atendeu, fazendo, naquela ocasião, uma ressalva que protestara as invasões programadas. E que entendia que a Vila Formosa, não fora programada.

Por isso, atendia a nossa sugestão e naquele momento também, participava daqueles trabalhos, a Comissão de Justiça e Paz, os representantes das associações de moradores de bairros e o Juiz da 1ª. Vara Federal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o trabalho desenvolvido pelo Departamento Social da Prefeitura Municipal, em um criterioso levantamento das famílias mais carentes, em primeiro lugar e, também, das famílias não carentes, que estavam residindo na Vila Formosa.

E a COHAB, por determinação do Prefeito Municipal, reuniu hoje 82 famílias que foram qualificadas como mais carentes e ficando 54 famílias para um atendimento posterior, dentro da programação da COHAPAR.

Foi solicitado hoje, a presença, na Prefeitura Municipal, dos Srs. Deputados componentes daquela Comissão. Eu lá compareci e o Deputado Gabriel Sampaio, representando o Deputado Ruben Valduga, que não se encontrava até aquele momento, nesta Capital.

E o líder Erondy Silvério, determinou a presença do Deputado Gabriel Sampaio.

A Oposição, não vi lá, deve ter os seus motivos.

O Prefeito fez uma explanação, vistoriou com muita propriedade o atendimento da COHAPAR, da COHAB, e da Prefeitura Municipal. E a partir de amanhã, as 82 famílias qualificadas como mais carentes, estão sendo transferidas da Vila Formosa, para um bairro que foi escolhido para se alocar aquelas famílias pobres.

Assisti a Comissão de Justiça e Paz fazer um elogio de público a Sua Excelência o Prefeito Municipal, pela maneira como fora resolvido o problema, dando o direito às famílias a levar suas residências, suas casas, seu patrimônio, que estão em Vila Formosa. A Prefeitura, inclusive, doará caminhões para o carreto das suas mudanças, reservando às famílias o direito de reconstruir suas casas de madeira que estavam na Vila Formosa, ou aqueles que escolhessem, de livre e espontânea vontade, que a COHAB financiará através de um programa do BNH, as suas residências.

Eu tinha mais a dizer, porém o tempo não deixa.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista, inscrito.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“Há muito tempo ruíram as esperanças de que este regime pudesse providenciar as soluções desejadas para os graves problemas enfrentados pelo povo brasileiro. Pelo contrário. As políticas econômica e social do regime, têm agravado as condições de vida e trabalho tão precárias que enfrentam a absoluta maioria deste povo atordoado pela ausência de perspectivas. E que, agora, quando suas esperanças de participar e operar mudanças

pelo voto livre e democrático vão ficando cada vez mais distantes, pela determinação do Governo de impor um “pacote” de normas eleitorais arbitrárias, começa a eleger outros campeonatos que o aproximam de sua redenção.

Os problemas sociais que temos diante de nós são tão extensos e tão profundos, que nos armam um quadro de misérias e de violência desesperador. Todos os Srs. Deputados, nesta Casa, tenho certeza, gostariam de ver o País no curso de sua normalização econômica, social e política. Mas, são tão grande as contradições, tão antagônicos os interesses e tão sofrida a vítima maior deste confronto, o povo, que lhes confesso que também somos levados à preocupação com o futuro próximo, que se anuncia tão negro e tão difícil para esta Nação.

O que tenho a dizer é fruto da convivência diária com o sofrimento dos cidadãos de Curitiba. Ou melhor, da ampla maioria dos habitantes desta cidade, que estão à margem de qualquer projeto demagógico, carentes de qualquer iniciativa administrativa que pudesse reverter em seu benefício e minimizasse um pouco sua situação tão áspera. Falo deste universo que tantas vezes tem sido tomado como referência de uma administração municipal exemplar, para oferecê-lo agora como exemplo da administração de privilégios. Se esta cidade e o Sr. Jaime Lerner são tomados como modelo para o País, farei deles, hoje, o meu objeto de um exercício de desmistificação, que a ampla maioria da população de Curitiba reclama.

Começemos pela reavaliação do plano diretor implantado em Curitiba no primeiro governo municipal de Jaime Lerner. Este plano, Senhores, apresentado como trabalho pessoal em todos os simpósios de urbanismo que se apresentem, é tido como revolucionário. Sem dúvida, modificou alguns aspectos da paisagem urbana de Curitiba, especialmente em sua área central. Mas um plano diretor, nos ensinam os urbanistas, não deve ser julgado pela sua aparência, pela beleza de algumas formas, pelo estilo do “design”. É preciso pensá-lo do ponto de vista do interesse da maioria. Pois bem, este plano, que não é da autoria pessoal do Sr. Jaime Lerner, embora assim ele faça entender e assim o entendam por seu principal executor, nada tem de revolucionário, de inovador. Muito pelo contrário. Um estudo recente realizado por urbanistas brasileiros e que deverá ser editado em livro, nos demonstra que o plano diretor de Curitiba não levou em conta a grande maioria dos curitibanos que vivem na periferia da cidade. Para que se tenha uma idéia, em sua projeção inicial, não levava em conta o Boqueirão, então o maior bairro da cidade. Foi na administração seguinte que se providenciou a integração desse bairro popular ao plano lerniano.

Qual a razão do sucesso do Sr. Jaime Lerner? Recorro novamente aos estudos de urbanistas para afirmar que este sucesso deve-se exatamente ao caráter conservador do plano diretor da cidade. Ele não teve qualquer caráter inovador. Consolidou a velha estrutura urbana, cuidando para não colocar em risco os interesses consolidados. Mas não, o plano foi feito e aplicado para atender aqueles que já determinavam o próprio crescimento da cidade. Encontrou soluções para a área central. Isolou os bairros. Concentrou recursos e benefícios nas áreas onde habitavam e habitam os segmentos privilegiados da população. Deserdou a periferia e os bairros populares, onde vive a maioria dos curitibanos hoje. E por isso, hoje, a maioria dos curitibanos continuam à margem das inovações lernianas. Mas eles não são ouvidos quando o Prefeito Municipal desfila a sua empáfia de planejador bem sucedido. Como não foram ouvidos quando da escolha do atual Prefeito e da determinação do caráter da sua administração. A verdade, Senhores, é que o

plano beneficiou as várias camadas da população, proporcionalmente ao nível de renda. Quem muito tinha, foi premiado; quem nada possuía, nada recebeu.

Mas, passemos a outro aspecto. O plano de transportes, considerado perfeito pela propaganda do Sr. Lerner. Neste campo, introduziu a inovação não tão nova assim. O metrô de superfície, expresso, já existia em várias cidades do mundo. New Orleans é um exemplo. Mas, tratemos do nosso caso. Sua implantação exigiu obras especiais, espaço físico especial, sinalização especial, controle de trânsito especial, risco especial, recursos especiais. Mas o transporte convencional continua a atender a maioria dos curitibanos. E nisto os empresários do setor e o povo desta cidade estão de acordo: a grande inovação que não é nova, do Prefeito Jaime Lerner, não é eficiente. E a razão é simples. Se olharmos o mapa da cidade e o percurso dos expressos, veremos que o metrô de superfície lerniano não liga os polos de concentração de atividades de Curitiba. Como não liga as áreas de adensamento populacional às áreas de trabalho. E quando o faz, é pelo caminho mais longo, irracional, que onera os custos, que são transferidos aos usuários deste sistema de transportes. Quem o diz não são apenas os empresários preocupados com os custos e os usuários sufocados pelo preço da tarifa. São também os técnicos do próprio IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, que trabalham a contragosto, diante da necessidade de mal planejar, segundo a orientação prefetural. Aliás, são eles que lembram o urbanista Jaime Lerner de que uma cidade não cresce como quer o arquiteto, ela não é um objeto moldável como as formas que se desenham numa prancheta ou na cabeça do Prefeito. Há leis econômicas, sociais que determinam esse crescimento. E não é o traço do urbanista sobre o papel que coseguirá subvertê-las. A tanto não chegou o poder e o arbítrio do alcaide municipal. Como não pode o Prefeito dispor das leis da natureza e sobre elas legislar, descurando das obras necessárias ali onde as enchentes provocadas pela chuvas fazem vítimas e prejuízos.

Mas, não chegamos ainda aos aspectos mais graves da concepção lerniana de administração pública. Sua faceta mais reveladora está vinculada à sua política no campo social. Analisamos alguns dados. Na primeira administração Jaime Lerner cresceu o número de crianças sem escola. Até Omar Sabag, esse índice vinha caindo pela construção de escolas e aplicação de recursos prioritários no setor. Na administração Saul Raiz, a administração pública municipal foi obrigada a recorrer à Fundação Educacional do Paraná e obter recursos e tentar preencher o vazio, especialmente nos bairros populares de Curitiba. Foram construídas diversas escolas procurando diminuir a defasagem entre as necessidades da população e o não atendimento durante todo o período da primeira administração de Jaime Lerner. Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados. O próximo Prefeito terá que fazer o mesmo. Terá que sair em busca de recursos para construção de escolas municipais, pois este governo de Jaime Lerner tem a mesma característica de sua primeira administração. Diminuiu drasticamente os recursos destinados à ampliação da oferta de educação no município. Que o digam os moradores dos bairros da periferia de Curitiba.

Se as verbas de educação não são aplicadas em educação, em algum lugar são consumidas. Podemos apontar a distorção, o sorvedouro desses recursos de grande interesse social. O Prefeito Jaime Lerner, que sempre deu muita atenção à sua publicidade externa, para efeito de projeção nacional pelo que não realiza, cuida com carinho do que chama seu programa de animação cultural. E a Fundação Cultural de Curitiba, o Centro

de Criatividade, as casas de cultura municipais, absorvem boa parte do orçamento que um governo municipal sério destinaria à educação de milhares de crianças que estão sem escolas.

E que caráter tem este programa cultural? Iniciativas localizadas que servem a um número ínfimo de beneficiários, mas que permitem ao Prefeito manter boas relações com personalidades da área de comunicações sociais no País e que estejam dispostos a trocar seu apoio ao Prefeito por férias remuneradas em Curitiba à custa do dinheiro público.

As parcerias impossíveis, grande inovação lerniana, são exemplo dessa deformação. Tão aviltante à consciência dos curitibanos, que consagrou uma frase já na boca de todos, confirmando a sabedoria popular: parceria impossível mesmo, é a de Jaime Lerner e o povo curitibano.

Sim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque o Sr. Jaime Lerner, é bom lembrar, nasceu para a vida pública e animou suas pretensões como fruto de uma parceria possível, uma parceria que ficará na história deste Estado e desta cidade: a parceria de Haroldo Leon Peres e Jaime Lerner. Uma parceria que só poderia nascer sob os auspícios do então governo Médici, que tanto enlutou a Nação e nos legou esta dupla de farsantes. O primeiro, Haroldo Leon Peres, hoje confinado entre aqueles que só merecem a execução pública. Figura patética, procurando retornar à história pelo engodo, procurando lugar no Partido de homens que sempre lutaram exatamente contra tudo aquilo que representa. Recusado, recorre à Justiça que não lhe serviu para provar a honradez, a probidade necessárias à convivência entre os dignos.

Mas, o segundo aí está. Reconduzido ao cargo, personalidade que se vale de imunidades que conquistou graças ao uso e abuso de uma administração em causa própria. E tão grande é sua pretensão, que se lança candidato ao Governo. E para seus novos projetos não necessita de parceiros. Diz-se que o sarcasmo e a ironia são suas armas de defesa e ataque e quando as utiliza, não respeita nem mesmo seus companheiros de Partido. Um Deputado do próprio PDS teria dito que é um erro de marketing, um equívoco produzido pelos modernos meios de comunicação.

Ora, Senhores, nesta Casa, acima de origem, de religião, de profissão e até mesmo de Partido, estão Deputados eleitos pelo voto popular. Homens com uma delegação especial que lhes foi conferida pelo povo que neles confia a representação de seus interesses. E se alguns, independente de Partido, são homens de comunicação, como eu o sou, isto só atesta sua proximidade, sua capacidade real de comunicação com a população. Não será o sarcasmo do Sr. alcaide municipal que irá manchar o caráter de uma representação legítima.

O que nós podemos questionar é sua legitimidade. Não foi eleito pelo voto popular. Nunca. Tem um largo currículo de nomeações, e fora do curto círculo de amigos e das formalidades de praxe, ninguém mais foi consultado sobre sua entronização. E não é justamente o Prefeito Jaime Lerner que agora procura se utilizar dos meios de comunicação, não como profissional, mas como simples beneficiário da propaganda oficial, para projetar-se junto à opinião popular? Não é ele que se utiliza de três campanhas publicitárias levadas ao ar ao mesmo tempo e onde aparece pessoalmente como garoto propaganda de realizações da Prefeitura? Que eu saiba, ninguém desta Casa se utilizou, jamais, da propaganda oficial para se transformar em homem público.

Se há um erro de marketing, Senhores, é o que vem se realizando à custa do dinheiro público. Porque a farsa do Sr. Jaime Lerner terá o mesmo destino de seu parceiro inicial, o Sr. Haroldo Leon Peres. Por uma razão muito simples: a admi-

nistração de Curitiba tem sido um desfilar de medidas contra o povo, apesar da demagogia das praças, árvores e viadutos. A administração Jaime Lerner se caracteriza pelas obras de fachada e propaganda. Toda a sua política foi dirigida em favor de interesses minoritários. O povo não só foi esquecido, mas enganado e explorado pela demagogia, expulso de áreas valorizadas e confinado em bairros sem assistência, sem qualquer benefício da administração pública municipal.

A prepotência é tamanha, o sarcasmo tão sem limites, que o Prefeito acredita que estas características de sua administração será esquecida em festejos como o da recente inauguração de uma praça, quando reuniu violeiros, palhaços, soltou balões e distribuiu chapéus. Se o Sr. Jaime Lerner demonstrou talento para mistificar perante segmentos da opinião pública; em períodos em que foi beneficiário da imunidade perante a crítica, da indulgência que lhe concedia a condição de preposto de um Poder autoritário, vem demonstrando pouca inteligência para perceber que o povo não se engana no dia de festa. Que a ausência da administração municipal perante a ampla maioria da população não é substituída pela propaganda. O povo, Senhores, pode até acreditar em alguém que se apresenta agora e promete realizações, conquistando, assim, a sua confiança. Mas o povo não é idiota, como pretende o Prefeito. Não acredita em quem está no poder para realizar e não realiza nada em seu favor. E o que é pior, utiliza-se dos meios de comunicação para dizer que está fazendo. É acreditar demais na propaganda e esquecer uma das suas regras básicas. Não há propaganda que consiga salvar um mau produto.

Além disso, Sr. Prefeito, não será o pretígio do humorista Ziraldo que convencerá o povo a rir de sua própria miséria e aceitar com simpatia sua administração tão canhestra. Não serão os humoristas menores que farão da charge, da piada, um instrumento de convencimento daqueles que não podem rir porque a vida não lhes permite, porque a rua é esburacada, porque o ônibus é distante, porque as crianças não têm escolas, porque a fome e a desesperança doem mais fundo que o seu sarcasmo, que o seu escárnio.

Não serão os homens de propaganda que farão o povo sofrido desta cidade associar seu nome à frase "é com esse que eu vou", já traduzida para "é com esse que eu ia", porque mais ajustada aos antigos carnavais, qual à folia de sua administração.

O Prefeito Jaime Lerner tanto acredita na mistificação pela propaganda política que para o cargo de Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social da Prefeitura, nomeou um premiado publicitário, o que nos leva a crer que os problemas sociais devem ser resolvidos, na Prefeitura, pela propaganda. É acreditar demais na propaganda e de menos na inteligência popular. Mesmo porque, passou o período em que os filhos de Goebbels operavam milagres. E basta ler o livro "A mistificação das Massas pela Propaganda Política", para entender que Goebbels só foi extraordinário em seus planos de mistificação, porque contava com os instrumentos da violência e do arbítrio à sua inteira disposição. Por pequeno que seja, o espaço democrático conquistado já não permite que tentem repetir a façanha de um Goebbels, de um Speer, que tenham sucesso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tentamos hoje, desta tribuna, apenas iniciar a tarefa necessária de contrapor a este esfoço de mistificação preparado pelo candidato a candidato ao Governo do Estado, Jaime Lerner, o esforço objetivo da análise de sua administração e do caráter de sua política. E se este é o exemplo melhor apresentado de uma administração pública para o Estado ou para o

País, deixamos aqui nosso trabalho crítico, que se completará em outras oportunidades como esta."

Desde 1979, Sr. Presidente, vimos ocupando esta tribuna e denunciando os diversos aspectos negativos contra a população curitibana provocados pelo Sr. Jaime Lerner, Prefeito de proveta, democrata de mentirinha, um Prefeito "Joãozinho TRinta" na Prefeitura de Curitiba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário. Antes de conceder a palavra ao Sr. Deputado José Tavares, a Mesa lembra aos Srs. Deputados que amanhã, às 9 horas, no plenarinho, haverá uma demonstração do novo sistema de votação apresentado pelo SERPRO. E solicita a presença de todos os Deputados que desejarem assistir essa demonstração.

Com a palavra o Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há algum tempo atrás, se não me falha a memória, no primeiro semestre deste ano, nós usamos esta tribuna para denunciar um fato ocorrido na Região Metropolitana de Curitiba, profundamente chocante e lamentável, que envolvia de um lado - a Polícia Civil do Paraná e de outro lado uma jovem de 19 anos. E eu me recordo perfeitamente bem, que a gravidade deste fato que estou a relatar, não fora levada na devida consideração pelas autoridades responsáveis pela segurança pública de nosso Estado.

Uma moça de 19 anos, Sr. Presidente, fora morta com um tiro de uma arma calibre 12 pelas costas e quem a matou fora um cidadão contratado pelo regime da C.L.T., para exercer funções não-policiais, funções meramente administrativas. E não sei por que cargas d'água, este cidadão portava uma arma tão poderosa que só é usada e eu disse, naquela oportunidade, e vou repetir agora - para matar elefante. Tamanho o poder, tamanha a violência desta arma calibre 12.

Pois bem, esta moça morreria covardemente pelas costas, com um tiro desta arma calibre 12. Depois do fato, evidentemente que em torno do mesmo houve um grande escândalo, porque afinal de contas uma vida estava em jogo. E as primeiras informações da Polícia Civil foram no sentido de que era lamentável esse episódio, profundamente lamentável, principalmente porque o autor do disparo, o autor desta morte violenta era um elemento despreparado e que não tinha inclusive permissão para portar qualquer tipo de arma.

E parece-me que esse fato continua no caminho, na trilha das dezenas de outros fatos já ocorridos no Estado do Paraná, sem que ninguém se lembre mais dele, a não ser talvez este Deputado, neste momento, e os familiares desta moça que fora cruelmente assassinada.

Mais uma sindicância foi instaurada, mais um inquérito, e segundo me consta o autor deste violento crime está andando pelas ruas de Curitiba. Recentemente, inclusive eu o encontrei na Rua das Flores e tive o desprazer de ser apresentado a esta pessoa.

Agora, Sr. Presidente, acontece em Londrina mais um crime da mesma gravidade deste crime que vitimou esta moça. Fora um jovem de 17 anos assassinado friamente, covardemente segundo alguns, por um alcagute da Polícia e segundo a testemunha ocular, a namorada do jovem assassinado por um policial militar que ela o identificou pela farda, porque ela estava do lado do jovem que morreria.

Se é um alcagute, se é um policial militar, acho que isso

Curitiba, terça, 15/12/81

pouco importa. O que importa é que o crime fora bárbaro, frio, criel, desumano, covarde e queira Deus, que não seja mais um crime para estar no mesmo caminho do crime que vitimou esta jovem em São José dos Pinhais.

Em Londrina mesmo ainda este ano um chefe de família chegava em sua residência por volta das 19 horas conduzindo um caminhão de sua propriedade, para o descanso.

Este cidadão fora perseguido por um carro particular, onde haviam duas ou três pessoas policiais civil que teriam dado sinal para este japonês, motorista de caminhão, parar. Mas como a sociedade vive amedrontada, assustada, com medo, como a sociedade não acredita na polícia e faz muito tempo, este homem inofensivo chefe de família, trabalhador honesto, não sabendo se eram ou não policiais, o que fez diante dessa escalada criminal que acontece, não só em Londrina? Tratou de seguir o seu caminhão e dirigir-se à sua residência.

Em frente à sua casa, quando ele parou porque era a sua residência, ele foi abordado por um dos três policiais, e recebeu um tiro na boca e foi assassinado, morto. Na boca! E o que é que aconteceu com o policial? Nada.

A família sim está pagando muito caro. A mulher, os filhos menores, pela perda inesperada, injustificada, torpe, de seu marido e de seu pai.

Isto tudo tem acontecido. Estou contando aqui três casos que, a minha memória se recorda. Mas se eu fosse remexer nos meus arquivos sobre o problema de policiais, eu traria aqui uma dezena, duas, três dezenas de casos desse tipo. São seres humanos, Srs. Deputados; são chefes de família, são filhos como os nossos, Srs. Deputados.

É só um de nós, todos nós colocarmos no lugar do pai deste moço, da mãe, dos parentes é que nós vamos sentir a gravidade de um fato como este.

A respeito, a "Folha de Londrina", do dia 13 de dezembro de 1981, trouxe o seguinte editorial:

"GOVERNADOR, LEVE DAQUI ESTA POLÍCIA!"

Anos atrás, quando Ney Braga era governador no outro mandato, o Vereador Daniel Gonçalves lutava para que Londrina fosse dotada de um batalhão da Polícia Militar. Havia até um local para a sede, que seria o Jardim Bandeirantes. Numa das visitas do Governador a Londrina, cobraram-lhe essa reivindicação. Foi então que Ney Braga proferiu o que teria sido a sua mais sábia sentença: ele que havia sido chefe de Polícia:

"Vocês não sabem o que é encher a cidade de policiais. Um dia vocês vão me pedir que eu os retire".

Ney não se referia especificamente ao policial PM, mas a todo o indivíduo investido da autoridade policial.

Hoje estamos pedindo exatamente o que Ney Braga vaticinara: queremos, Governador, que o Sr. tire esta Polícia daqui. Nós não queremos esta polícia. Londrina pode viver sem esta Polícia. Deixe, Governador, que nós nos arranjamós com os bandidos comuns. Feche tudo, Governador! Veja o que um alcagüete da Polícia fez agora contra este menino de 17 anos. Nós temos medo desta polícia, Governador! Tire-a daqui! Que sem polícia, já eliminaremos boa parte dos bandidos, que estão nos próprios quadros policiais; e eliminaremos o protecionismo que ela tem dado a bandidos e delinquentes de toda ordem. Sem Polícia na cidade os bandidos irão embora, pois não encontrarão mais proteção. É preciso repetir, sim, que não são todos; mas são uma boa parte, Governador.

Se o Senhor acompanhar as notícias dos crimes e dos grandes atentados contra o patrimônio verá que sempre há policiais envolvidos.

Governador, bandido comum não atira pelas costas, não

sai correndo atrás das vítimas vomitando balas, não faz o que fez esse bandido alcagüete que matou o jovem londrinense. Policial faz, porque pode. Porque tem uma arma impune. Porque ele é "otoridade", ele pode matar.

Recolha toda essa gene, Governador! Quando os colonizadores enfrentaram a mata hostil, com as maleitas, os mosquitos e as onças, eles viviam mais seguros. Hoje não enfrentamos mais as onças, Governador, mas todos temos muito medo da Polícia. Temos medo de todo homem com arma na mão investido de alguma autoridade: temos medo do guarda da esquina, temos medo do guardião noturno, temos medo do policial militar, temos medo do policial civil. E por isso corremos deles, sujeitos a uma bala pelas costas ou uma bala à queima-roupa quando nos pegam. A nós, inocentes, eles sempre pegam.

Londrina inteira, Governador, está atingida pela bala assassina que vitimou este jovem filho da terra.

WALMOR MACARINI

Este é um editorial da "Folha de Londrina", Sr. Presidente, Srs. Deputados, do dia 13 de dezembro, domingo.

Ontem, quando a namorada do jovem Sérgio Perez, assassinado, depunha na Polícia, nova versão surgiu e, no meu entendimento, a verdadeira, porque conheço esta moça e ela contou absolutamente a verdade. Tenho para mim que seu depoimento é a versão mais exata. Deve ter sido sim um policial militar o autor deste bárbaro crime que traumatizou toda a região Norte do Paraná.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Tavares, Vossa Excelência que foi afastado da Polícia pelo único crime de ser honesto e combater a corrupção no meio social, deve estar tão revoltado ou mais revoltado do que a população de Londrina.

O Secretário de Segurança prometeu há muito tempo a delegacias distritais de Londrina e os módulos, Promessa não cumprida. E o delegado atual de Londrina, delegado chefe Durval Teixeira, está exonerando os poucos honestos que restam na delegacia, para levar alcagüetes e dedos-duros. Londrina é o piquenique dos marginais policiais. A cidade está realmente em pânico.

O Sr. Governador do Estado, que mais uma vez se omitiu o que não é estranhável, neste episódio, tem em contraposição a presença do Vice-Governador José Hosken de Novaes, tentando solucionar o problema da criminalidade em Londrina. Polícia não pode ser ladrão e ladrão não pode ser polícia. Quem anda posando de autoridade com estrela no peito, deveria estar atrás das grades e não solto.

O Governador precisa ordenar uma devassa nos meios policiais do Estado. Se fizer isso, pouca gente vai sobrar, e Londrina está lutando pela Polícia Municipal, a exemplo dos Estados Unidos, onde a comunidade vota no voto secreto universal, indicando seu delegado, para que ele tenha vínculos com a comunidade.

E não vai longe, a imprensa divulgou: um dos cabeças da quadrilha de ladrões de carros no Norte do Paraná, é o guarda de segurança pessoal do Governador Ney Braga. Quando a coisa chega neste nível, é porque está tudo corrompido, corroido, deteriorado, fede mal, a polícia e os nossos governantes, nobre Deputado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Agradeço o aparte de Vossa Exce-

lência e concordo plenamente com o que Vossa Excelência falou. E diria mais o seguinte: que o problema realmente é muito sério, ao ponto do próprio Governador reconhecer que a polícia é uma instituição realmente falida. E a sociedade está exposta a ela.

Eu, Sr. Presidente, para concluir, sou um homem que não acredito, infelizmente, na polícia.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra o Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. A nossa participação na tarde de hoje, neste período extraordinário, é única e simplesmente para esclarecimento através de pedido de informações, que encaminharemos à Mesa. Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, chegou às nossas mãos, informação de que, na Secretaria dos Transportes, mais especificamente no Departamento de Estradas de Rodagem, existem alguns senhores engenheiros que por força de contrato, percebem mensalmente cerca de dois milhões de cruzeiros. Trocado em dólares, 15 mil dólares.

Entendo, companheiros desta Assembléia, de que por força de alguns contratos internacionais, o Governo do Estado, se obriga até a ter que dar essas mordomias a estrangeiros que aqui vêm com a desculpa de "serviços de consultoria". E devo dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, citar nesta oportunidade, o nome até, de engenheiros contratados, em função de edital de Concorrência do DER e do Ano de 78, em que foi vencedora, a Firma ETEL - Empreendimentos Técnicos de Estradas, serviços estes de consultoria. E naquela oportunidade, os três técnicos contratados foram um sueco, Peter Grasiani, um holandês, Lee Hauston, e um americano, James Arthur Childers. Contrato com a firma ETEL, seria de 909 dias úteis, no valor inicial de Cr\$ 41.212.269,59. Assinado no Governo passado e com prazo de três anos, considerando que a carga horária desses contratados seria, do chamado técnico sueco, 21 semanas; do holandês, 23 semanas e do técnico americano, 22 semanas.

E passo a me perguntar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se este é um País sério. Evidentemente que o dinheiro que o Governo do Estado precisa, já vem premiado com essas exigências em se contratar serviços de consultorias, caso específico para conservação de rodovias, desses três técnicos estrangeiros. E nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devo encaminhar à Mesa, o seguinte pedido de informações: (Le) "Considerando o Edital 39/78, do Departamento de Estradas de Rodagem, Secretaria dos Transportes, em consequência do contrato entre o Estado e a firma ETEL, solicitamos para esclarecimento, o seguinte:

1 — Cópia do Edital de Concorrência Pública n.º 39/78, do Departamento de Estrada e Rodagem, Secretaria dos Transportes, número do Diário Oficial que foi publicado, jornais que foi publicado.

2 — Cópia do contrato entre a firma ganhadora ETEL - Empreendimentos Técnicos de Estrada Ltda., e Departamento de Estrada de Rodagem, Secretaria dos Transportes.

3 — Se existem outros técnicos contratados nas mesmas condições em outras áreas, do Governo do Estado, COPEL, CELEPAR, TELEPAR etc.

Caso positivo, fornecer cópias dos editais de concorrência, bem como dos contratos.

Sr. Presidente, apenas para que possamos ter os esclareci-

mentos necessários, para ver se nas demais áreas do Estado, caso específico das companhias de economia mistas, principalmente, COPEL e TELEPAR. Se existem outros contratos de empréstimos com a exigência de se ter aqui, alguns com mordomias exigidas neste contrato."

Somente isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Para adiantar e solucionar as preocupações do Deputado Daros, digno representante do PTB nesta Casa, nós sem nenhuma preocupação de justificar nada, uma vez que o contrato firmado com a referida empresa, foi celebrado no Governo passado e que o Governo atual, Governo Ney Braga, apenas está dando cumprimento. Nós queríamos, antes de iniciar um breve histórico sobre o assunto, esclarecermos que, evidentemente, dentro de uma política internacional de financiamentos, os países desenvolvidos têm de uma forma regrada e constante, sacrificado os países tomadores.

Esta é uma das condições do nosso subdesenvolvimento e da dificuldade de sairmos dele. Porque, sempre quando nós conquistamos um empréstimo externo, ele vem calçado, ele vem com apêndice de obrigações para o país tomador, no caso específico, o Brasil.

No próprio mercado interno, nós temos alguns exemplos, e o Banco do Brasil, talvez, seja um dos carros chefes destes exemplos, que é justamente de impor ao agricultor, de impor ao homem da zona rural, certas assistências técnicas compulsórias para determinados empréstimos agrícolas. Normalmente, dependendo do teto destes financiamentos.

Mas, com relação ao assunto abordado da tribuna pelo ilustre Deputado e amigo, que eu tenho o maior respeito, Deputado Daros: (Lendo)

"A partir de 1975 houve uma série de reuniões entre o Governo Federal e o Banco Mundial (B.I.R.D.) para a negociação de um empréstimo destinado à manutenção de rodovias federais e estaduais.

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem representou o Governo brasileiro e recomendou ao Banco que o financiamento fosse celebrado com os Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná.

Nesse sentido, o DER-PR apresentou à consideração daqueles dois órgãos em dezembro de 1976 um estudo preliminar e em março de 1978 como definitivo, o documento "Programa de Financiamento para Manutenção da Rede Estadual e Federal pelo DER-PR" que tiveram aprovação do DNER e do BIRD.

A partir desse fato, foi celebrado o Acordo de Empréstimo 1557 BR com o Governo Federal e ao mesmo tempo assinado um CONTRATO SUBSIDIÁRIO entre o Banco e o Governo do Paraná no valor de US\$ 10,8 milhões datado de 08/05/78.

Para formalizar o Acordo, o DER-PR firmou o Convênio de Cooperação Técnica com o DNER, PR-040/78, em 27/09/78.

No CONTRATO SUBSIDIÁRIO são previstos:

a) Construção dos Centros Regionais, Expansão e Modernização dos Distritos Rodoviários,

b) Aquisição de Móveis e Equipamentos para Escritórios, Laboratórios e Oficinas;

c) Aquisição de Equipamento Rodoviário para Manutenção de Rodovias e de Veículos para Policiamento de Tráfego,

d) Obras Cíveis e Instalações de Postos de Pesagem e de Controle de Tráfego;

e) ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA E TREINAMENTO DE PESSOAL DA ÁREA

DE MANUTENÇÃO.

3 - O Contrato 86/79 e suas características:

Para este último item foi contratada a firma ETEL LTDA. que está desenvolvendo os trabalhos em conjunto com a sub-contratante ROY JORGENSEN ASSOCIATES consultora norte-americana. Esta, por exigência do Banco Mundial, estabelecida durante a fase de negociações do Empréstimo e consubstanciada nos Termos de Referência do Edital de Concorrência n.º 039/78, é obrigada a fornecer três Especialistas Estrangeiros, com larga experiência rodoviária, sendo um técnico em PLANEJAMENTO DE MANUTENÇÃO, um em MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA e um em TREINAMENTO DE PESSOAL.

Os períodos de permanência desses elementos no Programa, são respectivamente de 21, 23 e 22 meses de serviços; os Especialistas em Planejamento e Treinamento já cumpriram seu período de trabalho e retornaram aos seus lugares de origem.

O CONTRATO tem como OBJETO a prestação pela Consultora de serviços de Assistência Técnica ao DER-PR, visando o preparo e execução de programa para o fortalecimento de sua Diretoria de Manutenção e escalões subordinados.

Na Cláusula I, item 2, consta:

"A Consultora se obriga, juntamente com os técnicos especialmente designados pelo DER-PR, como Contra-Partes, a constituir uma equipe mista para executar os serviços de Escopo Básico em sua Proposta de Execução, constituídas dos volumes I e II, documentos anexos deste Contrato".

4 - Os Trabalhos Desenvolvidos:

Os Especialistas Estrangeiros desenvolveram em conjunto com os Técnicos Brasileiros da ETEL e dos Contra-Partes do DER-PR, nos mesmos moldes dos serviços realizados para o DER-MG e DAER-RS, os seguintes trabalhos:

- Desenvolvimento de um Sistema de Administração de Manutenção Rodoviária, já absorvido pelo pessoal do DER e em fase de implantação nos Distritos Rodoviários;

- Treinamento de várias categorias de Funcionários tais como: Engenheiros, Inspectores de Equipamentos, Mecânicos, Motoristas, Feitores Gerais e Encarregados de Turmas de Conservação, através de Cursos Teóricos e Práticos realizados em Curitiba e no Interior do Estado.

5 - Dispendios em ASSISTÊNCIA TÉCNICA e TREINAMENTO.

O Acordo de Empréstimos 1557 BR prevê os seguintes investimentos:

CATEGORIA	US\$		
	DER (60%)	BIRD(40%)	TOTAL
Obras Civis	3.750.000	2.500.000	6.250.000
Equipamentos Rodoviários, Mecânicos, de Segurança de Tráfego, de laboratórios e de escritórios	10.800.00	7.200.000	18.000.000
Assistência Técnica e Treinamento	1.650.000	1.100.000	2.750.000
TOTAIS	16.200.000	10.800.000	27.000.000

6 - Salários e Demais Despesas dos Especialistas Estrangeiros.

Conforme cópias anexas das folhas 23 e 24 da Proposta de Preços da ETEL onde são relacionadas todas as despesas

que incidem sobre os três técnicos.

7 - Outros Dados a Respeito dos Especialistas Estrangeiros

- a) em Planejamento de Manutenção
Engenheiro Peter J. Graziano
Nacionalidade: Norte-Americana
- b) em Treinamento de Pessoal
Bacharel James A. Childers
Nacionalidade: Norte-Americana
- c) em Manutenção Rodoviária
Engenheiro Lee R. Ahlstrom*
Nacionalidade: Norte-Americana.

* Embora indicado na Proposta, não trabalhou neste Programa, sendo substituído inicialmente pelo Engenheiro Julio Melgar, peruano, e posteriormente pelo Engenheiro Sérgio De La Fuente, chileno, que é o único estrangeiro que permanece na equipe da ETEL até o presente."

De fato, neste aspecto de montante, Deputado Daros, concordo plenamente com Vossa Excelência que é de, certa forma, leonino para com a proporção dos recursos financiados.

Realmente, concordo com Vossa Excelência. Mas, também peço que Vossa Excelência concorde que são cláusulas, são imposições feitas que, realmente, quando o nosso Estado, na época precisava, com uma premência imediata, desses recursos, não teve como tratar melhor dessa participação dos técnicos estrangeiros.

Diria a Vossa Excelência que deveremos, realmente, e Vossa Excelência deu um testemunho exemplar, nesta tarde, tomarmos melhores precauções daqui para frente, com relação a contratos e investimentos estrangeiros para que cláusulas como essas, sejam, se não extirpadas de nossos contratos, dos próximos contratos, seja, pelo menos proporcional ao montante do dinheiro estrangeiro tão caro e tão difícil de ser conseguido para nossas obras de infra-estruturas.

O Sr. Adalberto Daros - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, o que se vê de absurdo em tudo isso, evidentemente que é uma exigência do Banco Mundial, é exploração dos países menos desenvolvidos. É uma exigência de exploração - a verdade é essa.

Imaginem os Senhores que esses três técnicos, durante 909 dias, dias/úteis, de trabalho, um trabalho para o qual temos gente de sobra para fazer talvez até melhor do que eles, vão receber, nada mais, nada menos, do que 249 mil dólares! O pagamento é em dólar. Multiplique, o nobre Deputado, por 130, ou 160 - porque o dólar sobe constantemente para ver aonde vamos chegar.

Então, esta Casa deve saber, com este testemunho feito com dados fornecidos pela Liderança do PDS, desta Casa, há de se saber se existem também contratos, deste mesmo teor, na SANEPAR, na COPEL, na TELEPAR. Evidentemente que o Governo precisa do dinheiro. Pega o dinheiro e vem essa exigência, é evidente que ele tem que aceitar. Mas, é bom que este Poder saiba das exigências daqueles que exploram este País.

Razão pela qual, no nosso pedido de informações, perguntamos se existem outros técnicos, contratados nas mesmas condições, em outras áreas do Governo do Estado: COPEL, SANEPAR, TELEPAR.

E peço a Vossa Excelência e a todos os membros desta Casa, que deixemos este pedido de informações chegar ao seu destino. E que a resposta venha para que não se tenha nada escondido neste Estado e saibamos, realmente, onde o dinheiro do nosso Estado é aplicado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO - Só para esclarecer Vossa Excelência, Deputado Daros, eu eventualmente posso

prestar um testemunho pessoal, em função da minha recente viagem ao Canadá e Estados Unidos, juntamente com o compa-
nheiro da Bancada do PMDB, Deputado Fidelcino Tolentino. Realmente, posto como Vossa Excelência pôs, é um absurdo que, um funcionário dessa categoria tenha recebido 10 mil, 140 dólares e 59 cents por mês, de trabalho prestado, um deles, outro, perto de 11 mil, e outro, 11 mil; acontece que, para os padrões americanos ou padrões de países desenvolvidos, esse, realmente é o salário médio de um técnico desse gabarito, que, transformado em cruzeiros, e para as agruras que nós vivemos neste dramático fim de século num País como o Brasil, realmente torna-se exorbitante, e a exorbitância maior, Deputado Daros, que eu concordo com Vossa Excelência em gênero, número e grau, é, justamente a proporção com relação ao montante do financiamento.

O Sr. Adalberto Daros — E só para complementar, desejo dizer ainda que, além do pagamento em dólar, há exigência contratual de ajuda de custos em moeda nacional, hospedagem, viagem, automóvel e viagem ao estrangeiro.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Exatamente. O que foi em total em cruzeiros, dois milhões e duzentos e setenta mil cruzeiros. Eu tenho estes dados em mãos, aqui.

Mas, era para esclarecer, Deputado, em função daquilo que possa parecer, para o Governo atual, uma extensão de responsabilidade, inclusive, o último dos engenheiros estrangeiros que dará cumprimento ao contrato, deverá terminar agora no próximo ano de 82.

Era o que constava, para esclarecer a Vossa Excelência.

O Sr. Adalberto Daros — Apenas para complementar, Deputado, se Vossa Excelência me permite, dizer que, se me parece, esse contrato foi assinado no Governo anterior, no Governo do Sr. Jayme Canet.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — É. Vossa Excelência está dizendo, é isto mesmo.

Obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, devidamente apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requero verificação de "quorum" através de chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada 43 Srs. Deputados.

Há "quorum" para votação.

Apoiado o Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado José Tavares. — Ao Departamento Legislativo.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 91/81, oriundo

de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 96/81, (Mens. Govern. n.º 106/81), que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e os Municípios de Alto Paraná, Barracão, Guairacá, Pato Branco e Tamborara, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 93/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 94/81, (Mens. Govern. n.º 104/81), que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, e os Municípios de Ponta Grossa e Wenceslau Braz, objetivando ação conjunta entre órgãos do Estado e municípios, nas atividades de controle e planejamento do trânsito conforme dispõe o Art. 37 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 94/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 93/81, (Mens. Govern. n.º 103/81), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e os Municípios de Campo Largo e Goioerê, visando a construção de prédios destinados às repartições policiais nos citados municípios. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 95/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 89/81, (Mens. Govern. n.º 97/81), que aprova convênios celebrados em 15 de setembro de 1981, entre o Estado do Paraná e os Municípios de Guaporema, Mariluz, Paraíso do Norte e Santa Isabel do Ivaí (2), objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão, nos referidos municípios. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 96/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 88/81, (Mens. Govern. n.º 96/81), que aprova os termos aditivos datados de 15 de agosto de 1981, a convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios abaixo relacionados, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 97/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 101/81, (Mens. Govern. n.º 110/81), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Fênix, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 98/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 102/81, (Mens. Govern. n.º 111/81), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Santa Mariana, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 99/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 103/81, (Mens. Govern. 112/81), que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios que especifica, objeti-

vando ação conjunta com vistas à execução do Programa Especial para Manutenção da Rede Aeroportuária - PROAEROPORTO, no exercício de 1981. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 100/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 104/81, (Mens. Govern. n.º 113/81), que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios que especifica, objetivando ação conjunta com vistas à execução do "Programa Especial para Manutenção da Rede Aeroportuária - PROAEROPORTO", no exercício de 1981. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 101/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 105/81, (Mens. Govern. n.º 115/81), que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 102/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 106/81, (Mens. Govern. n.º 116/81), que aprova convênios celebrados em 20 de outubro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, e os Municípios de Nova Esperança e Santo Inácio, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão nos referidos municípios. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 106/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 110/81, (Mens. Govern. n.º 125/81), que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de Itambé, Jaguapitã, Marilândia do Sul, Marumbi e São Tomé, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, nas sedes dos referidos municípios. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 107/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 111/81, (Mens. Govern. n.º 126/81), que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e os Municípios de Castro e Marreleiro, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 108/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 112/81, (Mens. Govern. n.º 124/81), que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de Primeiro de Maio e Ubatã, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 109/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 113/81, (Mens. Govern. n.º 123/81), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Porecatu, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana no referido município. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 110/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 114/81,

(Mens. Govern. n.º 122/81), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Cruzeiro do Oeste, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana no referido município. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 111/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 115/81, (Mens. Govern. n.º 121/81), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Cruz Machado, objetivando a aplicação de equipamento do Orfanato São José. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 112/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 116/81, (Mens. Govern. n.º 120/81), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e o Município de Piên, objetivando a aquisição de ônibus para transporte de escolares. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 113/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 117/81, (Mens. Govern. n.º 119/81), que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios de Adrianópolis, Guaraqueçaba e Matinhos, objetivando a aplicação de recursos em obras públicas nos citados municípios. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 114/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 118/81, (Mens. Govern. n.º 118/81), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Ribeirão do Pinhal, objetivando ação conjunta com vistas à execução do Programa Especial para Manutenção da Rede Aeroportuária - PROAEROPORTO, no exercício de 1981. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 116/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 90/81, (Mens. Govern. n.º 98/81), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, em data de 04/12/79, através do Departamento de Trânsito e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, objetivando atribuir ao DETRAN a fiscalização de regularidades de veículos em relação às infrações cometidas em rodovias federais. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro Osório de Almeida, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Adão de Azevedo, Jaime de Barros Cardoso e de sua esposa Glória Elizabete, ocorrido em Iporã, vítimas de lamentável acidente. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pela passagem do "Dia da Justiça. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pelo transcurso de mais um ano do Município

de Jandaia do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Afonso Drula, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Luiz Carlos Nascimento e Antônio Carlos Nascimento, ocorrido na Cidade de Sertãoópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, com o apoio do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Ivan Gomes, ocorrido na cidade de Irati. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela comemoração do 29o. aniversário de criação do Município de Toledo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações à Diretoria e Associados do Sindicato dos Contabilistas de Cascavel, pela realização da V Convenção dos Contabilistas do Paraná, com sede na cidade de Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Pato Branco Futebol Clube, pela conquista do Campeonato Paranaense de Segunda Divisão de Profissionais. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos e congratulações pelo transcurso, em data de hoje, do 21o. aniversário de fundação e entrada no ar, da Televisão Paranaense Canal 12. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos pelo 21o. aniversário de fundação da TV Paranaense Canal 12, desta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, encarecendo medidas que visem evitar o monopólio da COPEL nos serviços e vendas de materiais, nas ampliações e implantações das redes de eletrificação rural. — **Aprovado.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

26 Srs. Deputados aprovam, nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para votação, e sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio, encarecendo a necessidade de formar Comissão de Sindicância para apurar problemas funcionais em agências do IBC no Paraná. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente do BANESTADO, pedindo informações sobre desfalque ocorrido no referido estabelecimento, no Município de Rondon, neste Estado. —

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças do Estado do Paraná, encarecendo a alteração da Instrução CEFI 678, de 23/10/80, na parte referente ao recolhimento antecipado do ICM para o arroz, no sentido de que o recolhimento dos impostos devidos sobre a comercialização efetuada dentro de um determinado mês, se enquadre aos mesmos moldes das do Grupo III. — **Em discussão.**

O SR. NELTON FRIDRICH — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, consubstanciado em pedido de informações referentes a pagamentos a precatórias judiciais, constantes da Dotação 5.6.3 do sub programa para aplicações nas áreas do Tribunal de Justiça, e diversos itens. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encaminhando denúncia dos moradores da localidade de Rio Sagrado, do Município de Morretes, protestando contra discriminações feitas no Posto de Puericultura, daquela localidade. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações a todos os municípios de Quinta do Sol, pelo transcurso de mais um aniversário do referido município. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Justiça, encarecendo as seguintes informações: se o Sr. Antônio Euthimio Casaroto é funcionário desta Secretaria; qual o regime de contratação e respectivos vencimentos; qual o horário de seu expediente e em que órgão presta serviços, e se o mesmo tem veículo à sua disposição. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da COPEL, encarecendo medidas urgentes no sentido de estudos e implantação de rede de distribuição, de energia elétrica, na localidade de Rio Sagrado, Município de Morretes. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex à SUNAB, encarecendo medidas urgentes e moralizadoras no sentido de impedir a ação cartelizante desenvolvida pelos supermercados, produtores e indústrias. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de repúdio ao Sr. Presidente João Baptista Figueiredo, extensivo aos seus assessores mais diretos, pela edição do novo "pacote" eleitoral. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações e cumprimentos a toda equipe do DER, pelas comemorações do 35o. aniversário de fundação do referido órgão rodoviário. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de telex aos líderes dos Partidos Políticos com assento no Congresso Nacional, cumprimentando-os pelo atendimento na votação das alterações na Lei da Previdência Social. — **Rejeitado.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

11 Srs. Deputados aprovam; 24 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhada à Direção da TELEPAR, pedido para instalação de rede domiciliar de telefones na cidade de São Jorge do Patrocínio, no Município de Altônia. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de telegrama aos Srs. Ministro de Minas e Energia e ao Presidente da ELETROBRÁS, advertindo sobre o problema de desapropriações para construção da Usina da Ilha Grande, no Rio Paraná. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao funcionário deste Poder, Joel Nelson Hecke. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, pedindo a abertura de inquérito administrativo para apurar fatos ligados à arbitrariedade policial, no Município de Ortigueira, contra o motorista Hamilton Borges de Lima, funcionário do Frigosanto, de Apucarana. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo das autoridades que determinam o envio de um Delegado Especial ao Município de Ortigueira, para presidir o inquérito relacionado ao caso do funcionário do Frigosanto, Hamilton Borges de Lima. — Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso ao Sr. Jair de Freitas, pelo recebimento da Medalha de Pacificador, concedida pelo Exército Nacional. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente, ao Sr. Secretário de Saúde, encarecendo a construção do Distrito Sanitário de Campo Mourão - PR. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança, encarecendo construção de módulo policial no bairro Lar Paraná, em Campo Mourão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo a implantação de Central Telefônica no Distrito de Luiziana, Município de Campo Mourão - PR. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo providências para construção de obras no Mu-

nicipio de Campo Mourão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Governador do Estado do Paraná, reclamando medidas urgentes para imediato reflorestamento na região do Noroeste do Estado. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança, encarecendo providências no sentido de regularizar a Delegacia de Polícia de Umuarama que se encontra sem agentes de segurança. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Secretários de Estado, encarecendo providências para construção de obras no Município de Campo Mourão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando inserção em Ata, dos pleitos apresentados pelo Secretário Fernando Fontana, ao Ministro das Minas e Energia, no VI Encontro de Secretários de Minas e Energia - ENSEMME". — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao BRADESCO pela realização do Ato Nacional de Ação de Graças. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Diretoria do Londrina Esporte Clube, pela conquista do título do campeonato Paranaense de Futebol, 1981. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, expediente sugerindo que Sua Excelência determine à Secretaria de Educação, estudos visando a abolição do livro didático já a partir de 1982 e, a adoção do livro tradicional. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Sr. Vice-Presidente e Diretor regional no Paraná do BRDE, Mário Andrade Saporiti, por sua atuação no momento em que o BRDE completa 20 anos. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanolorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo providências urgentes no sentido de instalar um telefone público no bairro de Itaqui, no Município de Campo Largo. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Presidente da FUNABEM, médico e professor Saul Nicolaiewski, pela passagem de mais um aniversário de fundação da entidade que tão eficientemente vem dirigindo. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente, solicitando voto de louvor e congratulações ao Clube de Regatas Flamengo, pela magnífica vitória conquistada em Tóquio, contra o Liverpool, da Inglaterra, trazendo para o Brasil o título de Campeão Mundial Inter-Clubes de Futebol. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Governador do Estado do Paraná, encarecendo providências para restabelecer a moralidade nos organismos policiais do Estado. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alen-

car, constante do expediente, solicitando sejam dirigidos apelos aos Srs. Ministros do Planejamento, Indústria e Comércio e ao Presidente do IBC, no sentido de que sejam apressadas as operações de financiamentos aos cafezais vitimados pelas geadas de 1981, e que se estendam até 30 de setembro de 1982, o prazo para o plantio das mudas de café, nos Estados de São Paulo e Paraná. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao economista, advogado e professor Caleb Martins Vieira, pelos serviços prestados à causa do nosso ensino em nosso Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que gestione junto ao comando da PM e da Secretaria de Segurança, a exoneração dos Srs. Hildeberto Lopes e Durval Teixeira, respectivamente, comandante do 5.º Batalhão da Polícia Militar e Delegado-Chefe da 10.ª Sub-Divisão Policial de Londrina. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos líderes das Bancadas no Senado Federal, no sentido de ser dado apoio à urgente tramitação e aprovação do Projeto do Senador Orestes Quêrcia, referente ao congelamento de aluguéis, tendo em vista o seu alto alcance social, que dispensa qualquer outra consideração. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo providências para estocagem da alta produção de feijão no oeste e sudoeste do Paraná. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro de Relações Exteriores, encarecendo o restabelecimento das relações diplomáticas e comerciais com Cuba. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Srs. Secretários de Estado do Interior e ao da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo providências para análise da água do Rio Caviuna, que abastece a cidade de Apucarana. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, sobre o contrato entre o Estado e a Firma ETEL; cópia do Edital de concorrência pública n.º 39/78 e Diário Oficial que foi publicado; cópia de contrato entre a firma ganhadora e o Departamento de Estradas de Rodagem - Secretaria dos Transportes; se existem outros técnicos contratados nas mesmas condições em outras áreas do Governo Estadual, em caso positivo fornecer cópias dos editais de concorrência, bem como os contratos. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação dos Srs. Diretores da Fundação Cultural de Curitiba, a fim de prestarem declarações sobre o projeto em vias de ser implementado, entre a Fundação que dirigem e a Fundação Nossa Senhora do Rocio — Rádio Clube Paranaense.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, eu tenho a impressão de que a Mesa cometeu um equívoco regimen-

tal, em aceitando o presente requerimento, porquanto todos nós conhecemos que de acordo com a Constituição, os municípios têm autonomia administrativa. E não pode o Poder Legislativo Estadual convocar funcionários da Prefeitura Municipal de Curitiba para prestar informações aqui no Plenário desta Casa.

Vossa Excelência, se atentar bem para o problema, deixará de receber o mencionado requerimento.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa de que procede a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, nós gostaríamos de argumentar a Vossa Excelência que não há dúvida nenhuma de que tem ligações com a esfera municipalista de Curitiba. Mas a abrangência da questão estrapola os interesses meramente físicos e geográficos de Curitiba e da Fundação de Curitiba. Porque, Sr. Presidente, para que Vossa Excelência entenda a pretensão e nós no encaminhamento pretendíamos chegar lá, o Estado do Paraná possui uma Rádio Estadual, com o objetivo portanto precípuo de atender propostas similares a que pretende a Fundação Cultural de Curitiba.

E por essa razão, o entendimento que nós temos é que como o Estado tem uma entidade, tem uma rádio estadual e que está intrínseca na sua função esse tipo de atividade é que nós pretendíamos fazer, com base na preocupação do Estado como que se faz esse tipo de proposta.

Até porque trata-se de uma iniciativa totalmente inconveniente na atual realidade. São mais de cinco milhões de cruzeiros que serão gastos, com contrato por mais de cinco anos, de uma maneira das mais absurdas e que houve reação não só na Câmara Municipal de Curitiba, não só nos setores da imprensa, mas surpreendendo até os setores culturais do Estado do Paraná.

E o que nós fizemos é exatamente iniciar a discussão, porque a Rádio Estadual do Paraná e que portanto diz respeito a uma função do Estado, é que tem tido este tipo de obrigação e não o município se pretender agora com altíssimo custo, contratar uma rádio particular para pretender, através desta rádio particular, veicular músicas e mensagens nos ônibus da Grande Curitiba que extrapola, inclusive, a área metropolitana.

Por essa razão eu gostaria que Vossa Excelência entendesse qual o objetivo real. O Paraná é competente, o Estado, para tratar do assunto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado não procede. Primeiro, porque Vossa Excelência encerrou a discussão do requerimento. Em segundo lugar, porque não está em votação. Vossa Excelência não concedeu a palavra para encaminhamento de votação. Entretanto, Vossa Excelência está permitindo que o autor do requerimento o justifique plenamente, quando nós sabemos ser absolutamente anti-regimental, inconstitucional, o seu recebimento pela Mesa, sem entrar no mérito do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa deixa de receber o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução n.ºs 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 108, 109, 110,

111, 112, 113, 114 e 116/81.

1.^a DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.ºs 160, 161, 164, 165, 166 e 169/81.

Levanta-se a sessão.